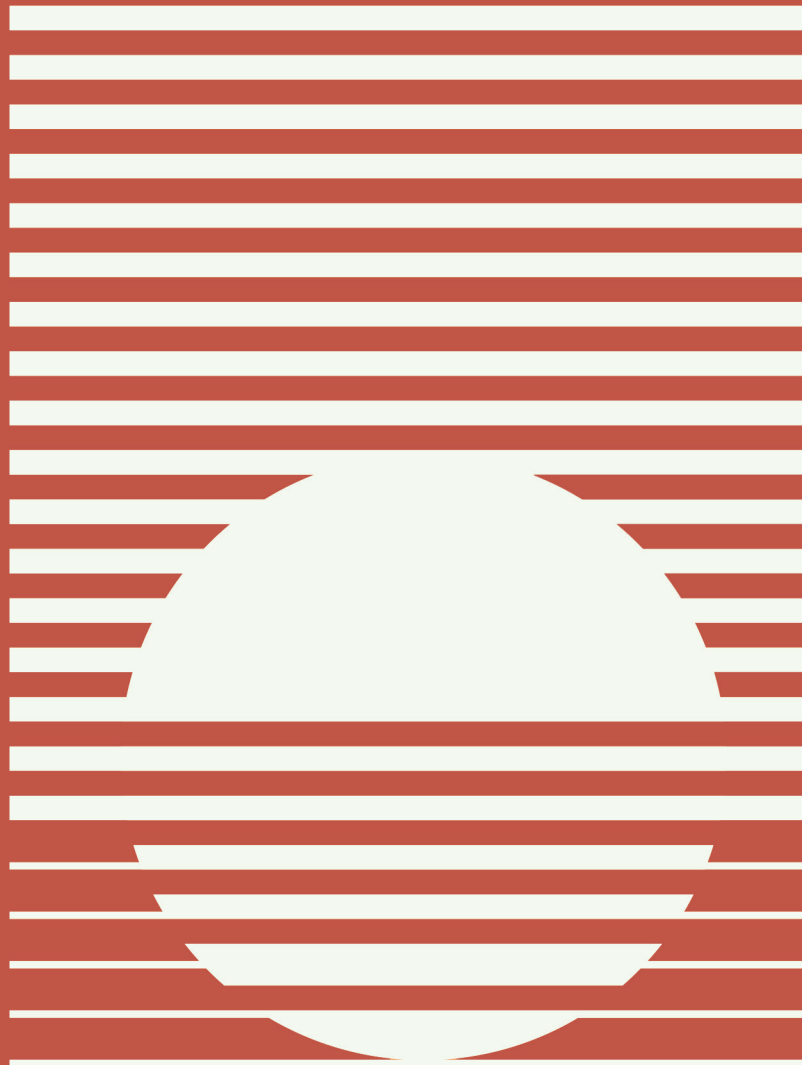


# CONJUNTURA



05  
2018

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

---

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Juliana Pinto Lemos da Silva

**Editor Adjunto:** Diogo Ives de Quadros

**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Niury Novacek Gonçalves de Faria.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

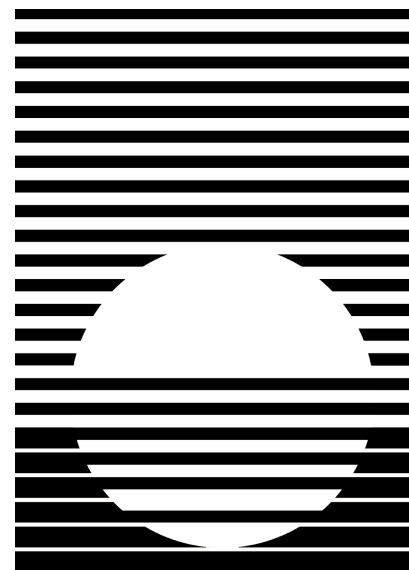
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### Página 04

Paralisação de caminhoneiros no Brasil repercute na região

Documento da CIA indica que Geisel autorizou execução de opositores

Nicolás Maduro é reeleito presidente da Venezuela

### Página 05

Eleições presidenciais na Colômbia vão ao segundo turno

Colômbia adere à OTAN como parceira global e à OCDE como membro

### Página 06

Argentina recorre ao FMI para conter crise cambial

Congresso argentino aprova fim da bitributação com o Brasil

### Página 07

Cartes transfere embaixada paraguaia para Jerusalém

Agrava-se a situação de asilo de Julian Assange

México afirma que NAFTA não será negociado sob pressão

### Página 08

Encontro anual do Banco dos BRICS é realizado em Xangai

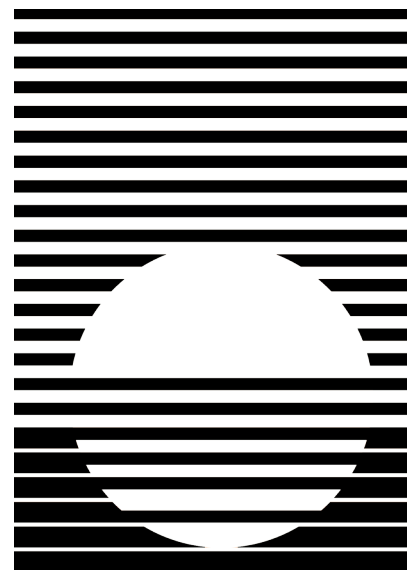
Turquia condena violência de Israel contra Palestinos

Governos das Filipinas criminaliza líderes sociais

### Página 09

Feminismo ganha espaço no setor educacional

Crescem restrições à mobilidade humana transnacional



## Paralisação de caminhoneiros no Brasil repercute na região

Em 21 de maio, teve início uma paralisação de caminhoneiros em 21 unidades da federação brasileira contra a alta no preço do diesel, que chegava a 8% desde o início do ano, segundo a Agência Nacional do Petróleo. A partir de convocação de greve feita pela Associação Brasileira dos Caminhoneiros (ABCAM), manifestantes bloquearam rodovias para reivindicar alterações na política da Petrobras, instituída pelo governo Temer em 2016, que repassava diariamente ao consumidor as oscilações no preço internacional do petróleo. Após dias de paralisação, que teve a adesão de outras dez entidades do setor e gerou desabastecimento de combustíveis e alimentos pelo país, o governo anunciou que reduziria o imposto sobre o diesel por 30 dias e subsidiaria a Petrobras para que as alterações nos preços passassem a ocorrer mensalmente. A ABCAM considerou as propostas insuficientes. O governo emitiu um decreto de Garantia da Lei e da Ordem para todo o território nacional, com validade até 6 de junho, dando poder para o Exército desmobilizar a paralisação e anunciou a aplicação de multa de R\$ 100 mil por hora parada às entidades envolvidas, sob suspeita de que haveria locaute (cenário ilegal em que uma greve é comandada por empresários). Entretanto, voltou à mesa de negociação após ocorrerem manifestações populares apoiando a paralisação e demandando uma intervenção militar. Em 27 de maio, foi anunciado um acordo que incluiu o congelamento do preço do diesel por 60 dias. A ABCAM apoiou as novas medidas. Efeitos regionais do episódio foram sentidos em países do Mercosul. Na Argentina, três fabricantes de automóveis suspenderam ou reduziram suas produções por falta de peças originadas no Brasil. No Paraguai, foram registradas perdas ao turismo e à aduana em Ciudad del Este, bem como desabastecimentos em supermercados de Pedro Juan Caballero devido a uma corrida de brasileiros a eles. No Uruguai, houve paralisação do comércio de carnes produzidas no Rio Grande do Sul.

Fontes: [G1](#), 21/05/18; [Estado de Minas](#), 25/05/18; [Exame](#), 26/05/18; [Carta Capital](#), 28/05/18; [ABC](#), 29/05/18; [El Clarín](#), 30/05/18; [ABC](#), 01/06/18.

## Documento da CIA indica que Geisel autorizou execução de opositores

Um memorando secreto da Agência Central de Inteligência (CIA, em inglês), do governo dos EUA,

foi tornado público recentemente e trouxe informações sobre a política de execuções da ditadura militar brasileira. O memorando foi elaborado pelo então diretor da CIA, William Egan Colby, e destinado ao secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger. De acordo com o documento, datado originalmente de 11 de abril de 1974, houve um encontro entre o então presidente do Brasil, Ernesto Geisel, o chefe do Serviço Nacional de Informações, João Batista Figueiredo, e dois militares da cúpula do Centro de Inteligência do Exército, os generais Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino. Na ocasião, o general Tavares expressou preocupação com atividades subversivas e defendeu o uso de métodos extralegais. Geisel, ciente da política de execução, solicitou tempo para pensar sobre o tema e, poucos dias depois, decidiu que as execuções e torturas deveriam ser aprovadas pessoalmente pelo chefe do SNI, que lhe sucedeu na Presidência. O memorando foi tornado público pelo governo dos EUA em 2015, mas apenas agora foi difundido no Brasil pelo pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Matias Spektor, que o considerou “perturbador”. O ministro interino da Defesa, Joaquim Silva e Luna, comentou que o tema se esgota na Lei da Anistia, e que é “tema para historiadores”. Michel Temer não emitiu comunicado oficial, mas dois candidatos presidenciais comentaram sobre o tema. Manuela D’Ávila, do PCdoB, afirmou que o documento desvela “uma verdade grande demais para seguir encoberta”. Já Jair Bolsonaro, do PSL, comparou a medida de punição aos métodos corretivos para a educação dos filhos. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade concluiu que ao menos 434 pessoas foram mortas ou desapareceram em decorrência do regime militar brasileiro.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 10/05/2018; [G1](#), 10/05/2018; [Estadão](#), 11/05/2018; [Folha de São Paulo](#), 17/05/2018.

## Nicolás Maduro é reeleito presidente da Venezuela

No dia 20 de maio, ocorreram eleições presidenciais na Venezuela, e Nicolás Maduro foi reeleito para um mandato de seis anos com 67% dos votos. Em segundo lugar ficou Henri Falcón, pelo partido Avançada Progressista, com 21%, ex-aliado do governo e criticado tanto por chavistas, como pela oposição. Na terceira posição ficou o pastor evangélico Javier Bertucci, com 10% dos votos. A Mesa de Unidade Democrática, polo que normalmente aglutina

partidos opositores, foi impedida de participar do processo pelo Supremo Tribunal de Justiça devido a irregularidades nas candidaturas. O comparecimento foi de aproximadamente 45% dos eleitores. A oposição acusou ter havido o uso de benefícios sociais para compra de votos, também afirmando que a baixa participação da população demonstra a falta de legitimidade de Maduro. Henri Falcón declarou que não reconhece o resultado e pedirá a impugnação das eleições. A repercussão foi, em sua maioria, negativa. Como já haviam antecipado, os 14 países do Grupo de Lima não reconheceram o pleito e anunciaram que tomarão medidas para que os organismos financeiros internacionais não concedam empréstimos ao governo de Maduro, declarando também que será convocada uma reunião para discutir o fluxo migratório gerado pela crise do país. Os governos de Rússia, Irã, Cuba e Bolívia parabenizaram Maduro pela vitória. O porta-voz da chancelaria da China disse que a decisão do povo venezuelano deveria ser respeitada. O Equador reconheceu o resultado do pleito, porém, demonstrou preocupação com a situação no país e as condições de participação da oposição no processo. No dia seguinte à eleição, o governo dos EUA anunciou novas sanções à Venezuela, proibindo a compra de títulos da dívida e de ativos financeiros do governo e da estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) por cidadãos e empresas estadunidenses. Em reação, Caracas expulsou os representantes de negócios dos EUA, atitude também tomada pelo governo de Trump. Os dois países não trocam embaixadores desde 2010.

Fontes: [El Universal](#), 21/05/2018; [El Tiempo](#), 21/05/2018; [G1](#), 21/05/2018; [Estadão](#), 21/05/2018; [Folha de São Paulo](#), 22/05/2018; [El Universo](#), 23/05/2018; [El Universal](#), 24/05/2018; [El Nacional](#), 24/05/2018.

## **Eleições presidenciais na Colômbia vão ao segundo turno**

No dia 27 de maio, mais de 19 milhões de colombianos foram às urnas para escolher o novo presidente. O índice de abstenção eleitoral (46%) foi o menor desde 1974, quando as eleições deram fim à Frente Nacional, coalizão formada pelos partidos conservadores e liberais que se alternavam no poder. Para a Colômbia, onde o voto é opcional e o comparecimento às urnas não é alto, o aumento de 48% de eleitores no primeiro turno – se comparado a 2014 – mostra um progresso significativo. A apuração dos votos saiu em poucas horas e sem contestação dos candidatos. O resultado corroborou as pesquisas de opinião divulgadas ao

longo da campanha eleitoral, que indicavam que a disputa pela presidência ficaria entre Ivan Duque, do Partido Centro Democrático, da direita, e Gustavo Petro, do Colômbia Humana, da esquerda. O primeiro obteve 39% dos votos, e o segundo 25%. Em terceiro lugar ficou Sergio Farjado, do Coalizão Colômbia, com uma votação expressiva de 23%. A imprensa colombiana destacou que a polarização política, intensificada após a assinatura dos Acordos de Paz com as Farc, impulsionou os cidadãos a irem às urnas e escolherem candidatos que representam os extremos. Após a apuração dos resultados, os candidatos iniciaram suas articulações para o segundo turno, buscando o apoio dos partidos Liberal, Câmbio Radical, Polo Democrático Alternativo e Aliança Verde. As eleições do segundo turno ocorrem no dia 17 de junho. Em paralelo às eleições, outro assunto que foi destaque no mês de maio foi a retomada do diálogo do governo com o Exército de Libertação Nacional (ELN), que deu continuidade ao quinto ciclo de negociações em nova sede, em Havana. A primeira iniciativa foi discutir o cessar-fogo que foi estabelecido durante as eleições.

Fontes: [G1](#), 10/05/2018; [EBC](#), 25/05/2018; [El Tiempo](#), 28/05/2018; [El Tiempo](#), 28/05/2018; [El Tiempo](#), 28/05/2018; [El Tiempo](#), 28/05/2018.

## **Colômbia adere à OTAN como parceira global e à OCDE como membro**

No dia 25 de maio, Juan Manuel Santos, presidente da Colômbia, anunciou a entrada do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como parceiro global (*partner across the globe*, no termo original). O país entra como parceiro global, e não como membro pleno, e é o único latino-americano com este status. Santos afirmou que a entrada da Colômbia na OTAN melhora a imagem internacional do país, traz vantagens especiais nas áreas de segurança cibernética, e procedimentos de compras de armas, afirmando também que a Colômbia não participará de operações militares. Os laços entre a organização e o país começaram a ser aprofundados em 2013, quando a OTAN passou a treinar pessoal colombiano. Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, condenou a medida, declarando que representa séria ameaça à paz e à estabilidade regional. Em resposta, Luis Carlos Villega, ministro da Defesa colombiano, afirmou que a aproximação do país com a OTAN não tem objetivos bélicos. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil declarou que respeita a decisão soberana da Colômbia e destacou a cooperação em segurança,

defesa e inteligência entre os dois países. A notícia repercutiu em jornais internacionais. O New York Times e a Reuters noticiaram como a Colômbia foi o primeiro latino-americano a entrar na organização, enquanto o The Telegraph inseriu a notícia no contexto das eleições presidenciais colombianas. No dia 30 de maio, a Colômbia assinou sua adesão à Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). O país foi aceito como o 37º membro da organização depois de sete anos de solicitação de acesso, e de diversas avaliações por parte da OCDE sobre as políticas públicas e legislações do país, e reformas realizadas pelo governo colombiano. Santos afirmou estar satisfeito com a adesão colombiana ao grupo de países com as melhores políticas públicas do globo. É importante lembrar que as adesões foram formalizadas num momento de esvaziamento da Unasul.

Fontes: [El Tiempo](#), 25/05/2018; [El Tiempo](#), 25/05/2018; [Reuters](#), 26/05/2018; [Reuters](#), 26/05/2018; [The Telegraph](#), 26/5; [El Tiempo](#), 28/05/2018; [CNN](#), 28/05/2018; [El Mundo](#), 28/05/2018; [G1](#), 30/05/2018.

## Argentina recorre ao FMI para conter crise cambial

No início de maio, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, anunciou que solicitaria ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo para tentar conter os efeitos da crise cambial que ocorre no país. O aumento da taxa de juros nos EUA gerou uma desvalorização crescente do peso argentino, o que levou o Banco Central a subir os juros de 32% para 40%, em uma tentativa de impedir a fuga de capitais. Além disso, o governo anunciou um corte nos gastos públicos de aproximadamente US\$ 3 bilhões. A imprensa argentina informou que o empréstimo pedido ao FMI deve ser de, no mínimo, US\$ 30 bilhões, e Macri afirmou que o acordo permitirá fortalecer o programa de crescimento econômico e de desenvolvimento do país. Nicolás Dujovne, ministro da Fazenda, destacou que o apoio do FMI consiste em uma linha de financiamento preventivo contra a volatilidade global que tem tido efeitos negativos sobre a economia argentina. Em contrapartida, o FMI deve solicitar ao governo argentino que reduza seu déficit fiscal. Para buscar apoio à decisão e explicá-la mais detalhadamente, Macri reuniu-se com os governadores das províncias locais, com os principais empresários do país e com senadores da oposição. No âmbito internacional, o presidente angariou apoios

importantes. Em reunião dos ministros de Relações Exteriores do G-20, realizada em Buenos Aires, o ministro argentino, Jorge Faurie, ressaltou o apoio de praticamente todos os países do grupo, como Brasil, China, Japão, México e EUA, além de outros, como Holanda, Espanha e Chile. Entretanto, houve também fortes críticas ao acordo anunciado pelo governo. Setores da Confederação Geral do Trabalho (CGT) protestaram e, no dia 25 de maio, ocorreu uma grande manifestação em Buenos Aires, organizada por sindicatos, movimentos sociais e políticos da oposição, contra o governo e contra o acordo com FMI.

Fontes: [Clarín](#), 08/05/2018; [Clarín](#), 08/05/2018; [Clarín](#), 08/05/2018; [La Nación](#), 08/05/2018; [El País](#), 08/05/2018; [La Nación](#), 09/05/2018; [La Nación](#), 09/05/2018; [La Nación](#), 09/05/2018; [Folha de São Paulo](#), 09/05/2018; [Clarín](#), 10/05/2018; [Clarín](#), 11/05/2018; [Clarín](#), 11/05/2018; [Clarín](#), 11/05/2018; [Clarín](#), 14/05/2018; [La Nación](#), 14/05/2018; [La Nación](#), 22/05/2018; [Clarín](#), 25/05/2018.

## Congresso argentino aprova fim da bitributação com o Brasil

No mês de maio, após aprovação em março no Senado, a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou o projeto de lei que determina o fim da bitributação com o Brasil e facilita a exportação de produtos de pequenas e médias empresas que atuam no setor de serviços, seguindo o acordo assinado entre os dois países durante a Cúpula do Mercosul em julho de 2017. A medida refere-se à área de Sistemas Baseados em Conhecimento (SBC) e garante às empresas exportadoras deduzir do imposto de renda argentino o mesmo valor que for pago no Brasil, para ganhar maior competitividade. Em nota, o Ministério de Relações Exteriores da Argentina informou que esse valor deve variar entre 10% e 15%. A nota ainda destaca que o setor de SBC é o mais dinâmico do comércio internacional, correspondendo a 10% do total de exportações de bens e serviços, e estima que por volta de 46 mil empresas que exportam para o Brasil deverão beneficiar-se da nova lei. A aprovação dessa lei repercutiu na imprensa dos países vizinhos, que destacaram a importância do mercado brasileiro, cujas importações de serviços argentinos equivale a aproximadamente US\$ 13 bilhões.

Fontes: [Ministerio de Relaciones Exteriores de Argentina](#), 09/05/2018; [ABC](#), 09/05/2018; [Reuters](#),

09/05/2018; [EBC](#), 09/05/2018; [El País](#), 10/05/2018.

## Cartes transfere embaixada paraguaia para Jerusalém

Após a decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, de transferir a embaixada desse país de Tel Aviv para Jerusalém, no dia 21 de maio, o presidente Horacio Cartes também inaugurou em Jerusalém a embaixada paraguaia. Assim, depois dos EUA e da Guatemala, o Paraguai passou a ser o terceiro país a reconhecer Jerusalém como a capital de Israel. Por meio de um comunicado da Casa Branca, Washington agradeceu ao Paraguai por essa decisão e convidou outros países a fazerem o mesmo. O presidente israelense, Reuven Rivlin, recebeu Cartes em visita oficial e agradeceu a decisão de transferir a embaixada. Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, participou da cerimônia de inauguração da embaixada paraguaia e, ao lado de Cartes, destacou as boas relações existentes entre os países e sua histórica cooperação bilateral. Por sua vez, o conselheiro de Assuntos Exteriores do presidente palestino, Nabil Shaath, pediu para os países árabes cortarem suas relações com nações que transfiram suas representações diplomáticas para Jerusalém. Os partidos de oposição paraguaios também criticaram a decisão de Cartes, por alimentar o conflito entre Israel e Palestina, e por não considerar a opinião das principais forças políticas do país.

Fontes: [BBC](#), 16/05/2018; [ABC](#), 18/05/2018; [The Jerusalem Post](#), 21/05/2018; [La Nación](#), 25/05/2018.

## Agrava-se a situação de asilo de Julian Assange

Em março de 2018, o hacker e ativista Julian Assange, asilado há seis anos na embaixada equatoriana em Londres, teve suas comunicações com o exterior cortadas pelo governo do Equador. Quito alegou que se tratava de uma medida punitiva, em resposta à interferência de Assange em assuntos internos de outros países, ameaçando adotar medidas mais severas caso Assange insistisse. Em maio, o presidente equatoriano, Lenin Moreno, determinou a retirada de toda a proteção especial que a embaixada de Londres possuía devido à presença do ativista, restando apenas os mecanismos de segurança normais das embaixadas do país ao redor do mundo. A ordem de Moreno ocorreu logo após a divulgação, pelo jornal *The Guardian*, da informação de que durante a gestão do ex-presidente Rafael Correa, o Equador havia patrocinado uma operação de

inteligência denominada, em um primeiro momento, de “Operação Convidado”, e posteriormente de “Operação Hotel”. Segundo o jornal, agentes foram destacados para acompanhar a rotina dos visitantes de Assange, do corpo consular da embaixada e até da polícia londrina. O custo total da operação de proteção à Assange teria sido próximo aos US\$ 5 milhões. No dia 6 de maio, quando se comemorou o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o portal Wikileaks, comandado por Assange, denunciou que os EUA estariam pressionando o governo equatoriano pela retirada forçada do jornalista. Segundo o general Paco Moncayo, especialista em relações internacionais e mediador de acordos militares entre EUA e Equador, a liberação do ativista seria possível num cenário em que os EUA garantissem que não existem processos em face de Assange que poderiam culminar em uma condenação à pena capital.

Fontes: [El Mercurio](#), 06/05/2018; [El Mercurio](#), 15/05/2018; [The Guardian](#), 15/05/2018; [El Telégrafo](#), 17/05/2018; [The Guardian](#), 18/05/2018.

## México afirma que NAFTA não será negociado sob pressão

O mês de maio foi marcado por mais um impasse nas conversas entre EUA e México para a renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês). Os pontos mais incômodos são as regras que regem a produção de automóveis e as chamadas cláusulas de “A América Primeiro” que o presidente estadunidense, Donald Trump, deseja em qualquer novo acordo. Igualmente, maio foi marcado pela decisão do governo dos EUA de impor tarifas sobre as importações de ferro, alumínio e automóveis do México e do Canadá, a partir de 1º de junho, sob o critério de segurança nacional. Em resposta, o governo mexicano descreveu as medidas tomadas por Washington como inaceitáveis, por representarem uma tentativa de intimidar o México a aceitar os termos propostos pelos EUA para o acordo. Por fim, o porta-voz do presidente mexicano, Eduardo Sánchez, afirmou que o México não está disposto a negociar o NAFTA sob pressão, e que o seu governo tem perfeita compreensão do que é conveniente para si e, por isso, não entrará em nenhum acordo ao menos que esse seja benéfico para o seu país.

Fontes: [Valor Econômico](#), 23/05/2018; [Estado](#)

[de Minas](#), 23/05/2018; [El Universal](#), 26/05/2018.

## Encontro anual do Banco dos BRICS é realizado em Xangai

Foi realizado em Xangai, nos dias 28 e 29 de maio, o III Encontro Anual do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS. O evento incluiu seminários e reuniões de alto nível focadas nas medidas do banco para impulsionar o desenvolvimento sustentável em mercados emergentes, com base em inovação e tecnologia disruptiva. O NDB definiu uma meta de 2/3 de seus investimentos dedicados à promoção da infraestrutura sustentável, bem como seu foco estratégico em energia limpa, irrigação e gerenciamento de recursos hídricos. Os novos projetos do NDB elevam sua carteira de empréstimo ao patamar de US\$ 5,1 bilhões. A ambição de transformar os BRICS em global players se confirma com recentes iniciativas de investimentos do NBD, como a aprovação de empréstimo de US\$ 200 milhões para um projeto ambiental da Petrobrás e o anúncio da abertura de um novo escritório em São Paulo. Brasil e China defendem que esses projetos devem ser expandidos para países fora dos BRICS, porém enfrentam resistência por parte da Índia.

Fontes: [G1](#), 22/05/2018; [Valor Econômico](#), 28/05/2018; [Extra](#), 28/05/2018; [Independent Online](#), 29/05/2018; [Acrofan](#), 30/05/2018; [Valor Econômico](#), 30/05/2018.

## Turquia condena violência de Israel contra palestinos

O mês de maio foi marcado por condenações de diversos países aos episódios de violência praticados pelo Estado de Israel contra palestinos que se manifestavam em repúdio à transferência da embaixada dos EUA em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, em 14 de maio. Apenas no dia da abertura da embaixada, cerca de 61 palestinos foram mortos e cerca de 2 mil ficaram feridos pela repressão de Israel aos protestos. Em resposta, o governo da Turquia convocou uma reunião de emergência da Organização da Cooperação Islâmica (OIC, na sigla em inglês), na qual pediu que os países muçulmanos se unissem para confrontar as violações do direito internacional cometidas por Israel. Igualmente, o presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan, afirmou que o que aconteceu na fronteira entre Israel e Palestina em 14 de maio foi “terrorismo de Estado”, e sinalizou para a necessidade de observar a responsabilidade dos EUA nas mortes

dos palestinos. Por fim, Erdoğan anunciou a expulsão do embaixador israelense do país e garantiu que pretende adotar sanções econômicas contra Israel.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 15/05/2018; [Sputnik News](#), 16/05/2018; [Al Jazeera](#), 18/05/2018; [Turkish Minute](#), 22/05/2018.

## Governo das Filipinas criminaliza líderes sociais

O presidente filipino, Rodrigo Duterte, está sendo denunciado pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas, após incluir mais de 600 pessoas, entre eles líderes indígenas e defensores dos direitos humanos, em uma lista de “terroristas”. A lista inclui Victoria Tauli-Corpus, relatora especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos, que foi formalmente acusada de terrorismo e de, supostamente, pertencer ao Partido Comunista. A acusação surge como resposta às denúncias feitas pela relatora sobre ataques e assassinatos de povos indígenas Lumad por membros das Forças Armadas filipinas, em Mindanau. A primeira mulher a presidir a Suprema Corte do país, Maria Lourdes Sereno, foi destituída do cargo após criticar a política antidrogas do governo. Desde sua posse, em 2016, Duterte iniciou uma violenta repressão contra usuários de drogas e traficantes, que contabiliza mais de 3 mil mortes em operações policiais. Os corpos são, muitas vezes, expostos em praça pública, com sinais listando os crimes dos quais foram acusados. Ativista dos direitos humanos, a freira australiana Patricia Fox também está sofrendo perseguição pelo governo filipino. A freira foi detida, classificada como “estrangeira indesejada” e será expulsa do país por ter participado de um protesto pelo fim das prisões políticas. A Organização das Nações Unidas (ONU) demonstrou grande preocupação com as atitudes do governo filipino. O presidente filipino é conhecido por suas declarações polêmicas, e já se comparou ao líder nazista Adolf Hitler. Em um pronunciamento, recomendou que as Forças Armadas disparassem tiros contra a vagina das guerrilheiras do Novo Exército do Povo (NEP), porque, segundo ele, são inúteis. Duterte já chegou até mesmo a responder por crimes contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional.

Fontes: [O Sul](#), 14/05/2018; [Telam](#), 14/05/2018; [Folha de São Paulo](#), 15/05/2018; [The Washington Post](#), 16/05/2018; [ONU](#), 24/05/2018.



## Feminismo ganha espaço no setor educacional

Tanto na Europa quanto na América Latina, o feminismo tem ganhado cada vez mais espaço nos ambientes educacionais. Na Romênia, a Associação Ciganas Feministas pela Diversidade lidera um projeto com a intenção de criar a primeira escola de feminismo romeno, que atenderá, além de alunas desta nacionalidade, portuguesas e espanholas, valorizando a memória histórica feminista e cigana. No país, existe um racismo intenso, que faz com que os ciganos se sintam envergonhados de sua identidade. Neste contexto, feministas se unem à luta cigana, porém sem impor sua agenda, entendendo que o anticiganismo está permeado pela opressão patriarcal. O projeto também se preocupa com o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, destinando vagas de professoras para aquelas que cumprem os requisitos de serem nativas do idioma romeno, ciganas e mulheres. No Chile, a mobilização de alunas por uma educação não sexista e contra o abuso de acadêmicos teve início na Universidade Austral e na Faculdade de Direito da Universidade do Chile, expandindo para outras 15 universidades do país. Nas denúncias apresentadas pelas estudantes, comentários machistas, misóginos e discriminatórios de professores homens se fizeram presentes. Nesta onda de manifestações, alunas do ensino médio representadas pela Confederação de Estudantes do Chile (Confech, na sigla em espanhol), maior organização estudantil do país, se uniram às mobilizações. A XLIV Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, realizada entre os dias 26 de abril e 14 de maio, consagrou este momento de inclusão do feminismo na educação, contando com uma grande variedade de livros com conteúdo feminista, e com a participação de escritoras latino-americanas comprometidas com os direitos das mulheres em palestras e debates, com destaque para os temas de legalização do aborto, feminismo e homossexualidade.

Fontes: [Todo Noticias](#), 11/05/2018; [El País](#), 16/06/2018; [El Diario](#), 22/05/2018.

## Crescem restrições à mobilidade humana transnacional

No dia 21 de maio, foi celebrada a V Conferência Preparatória para formar base ao Pacto Global para Migração, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. “Migração – O que realmente acontece: Lições de campo” teve a proposta de debater a realidade dos fluxos migratórios. Sob orientação da Assembleia

Geral, será desenhado um documento que leve em consideração as realidades vividas pelos migrantes, e não apenas prospecções políticas. Segundo Miroslav Lajčák, presidente da Assembleia Geral, a migração afeta toda a sociedade e é necessária a participação da mesma na construção de respostas. Parlamentares africanos defenderam a harmonização das leis migratórias durante a XXVI Assembleia Parlamentar da Francofonia, em Cabo Verde. No encontro, os países foram encorajados a manter a hospitalidade e o respeito à diversidade. Por outro lado, Durão Barroso, antigo presidente da Comissão Europeia, declarou durante a abertura da Conferência Global da Horasis, que o bloco deve ser aberto e humanitário, mas assumir a incapacidade de aceitar toda gente para que possa haver liberdade de movimento na região. Durão acrescentou que a migração foi central na decisão de eleitores que optaram pelo Brexit. Esta declaração acontece no momento em que Itália, assim como Hungria e outros países europeus, lidam com uma onda de xenofobia. Na semana de 19 de maio, o partido Liga Norte, que rejeita a migração, e o Movimento 5 Estrelas (M5S) celebraram acordo de coalização. O Plano de Governo dos dois partidos italianos propõe a expulsão de 500 mil migrantes e maiores restrições para o ingresso e permanência no território italiano. Sob este panorama político, em 27 de maio, o governo espanhol resgatou 408 migrantes que tentavam cruzar do norte da África para a Europa pelo Mediterrâneo. No dia 19 de maio, também foi noticiado o resgate de 25 cidadãos de países africanos no Maranhão. Todos manifestaram interesse em solicitar refúgio no Brasil e atualmente aguardam apreciação do governo em um abrigo público na cidade de São Luís.

Fontes: [Observador](#), 06/05/2018; [Diário de Notícias](#), 18/05/2018; [El País](#), 19/05/2019; [ONU](#), 22/05/2018; [Jornal do Brasil](#), 23/05/2018; [G1](#), 27/05/2018.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

